

A ASCENSÃO DA MULHER À ESFERA PÚBLICA E A INTERVENÇÃO NO SOCIAL: PRIMEIRO-DAMISMO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Moíza Siberia Silva de Medeiros¹.

Maria Helena de Paula Frota².

As discussões que buscam compreender as relações de gênero e poder configuram-se como imprescindíveis para o desvelamento dos processos histórico-culturais que fundamentaram o destino das mulheres à execução de papéis subjacentes, complementares, e na maioria das vezes considerados inferiores, alijado de sentido político e da participação destas na esfera pública. Desta feita, o presente estudo tem por objetivo central refletir acerca dos processos que proporcionaram a ascensão da mulher à esfera pública e interpretar os papéis e lugares por elas ocupados nesta esfera. Objetiva-se, ainda, compreender a atuação da mulher no social, através da análise de um fenômeno singular na sociedade brasileira: a intervenção das primeiras-damas na assistência social, em especial no Ceará. A metodologia utilizada foi a pesquisa de caráter bibliográfico, fundamentada na contribuição dos seguintes autores: Sposati (1995 e 2004) e Mestriner (2008), acerca das categorias assistência, assistência social e assistencialismo; Torres (2002) e DaMatta (1997) sobre as relações público x privado na cultura do primeiro-damismo; Foucault (1984), Scott (2002), Puleo (2002) e Rocha-Coutinho (1994) no que se refere às relações de gênero e poder; além de Arendt (1995) e Castel (1998) para a compreensão do social. Os resultados encontrados apontam para a seguinte questão: a conquista da participação na esfera pública pelas mulheres não se deu sem paradoxos. Ao ascenderem à esfera pública, assumiram tarefas consideradas subalternas, amplamente associadas às que desenvolviam na esfera privada. Assim, às mulheres menos abastadas foram destinadas as atividades laborais penosas nas fábricas, numa execução subalterna do trabalho, através de atividades meticulosas consideradas femininas devido à dedicação e delicadeza necessárias à sua execução. Às mulheres burgueses, as damas da sociedade, foi destinada a gestão do social, através da execução de atividades socioassistenciais que, no Brasil, se configurou de maneira singular, devido à mediação das relações de poder e de sua cultura política, que tem como uma de suas expressões o primeiro-damismo.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social. Gênero. Primeiro-Damismo.

¹ Assistente Social. Professora Substituta do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela UECE e Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade pela UECE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Contato: moizasiberia@gmail.com

² Orientadora. Assistente Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da UECE. Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca – Espanha. Contato: helenafrota@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Muitas foram as lutas encampadas pelas mulheres no intuito de serem reconhecidas como cidadãs e poderem sair do espaço da casa, dos afazeres domésticos, daquilo que chamamos de esfera privada, para participarem da esfera pública, seja através do voto, seja através de atividades laborais, por exemplo. Questiona-se, porém, se estas conquistas garantiram, de fato, seu reconhecimento enquanto cidadãs, e se as compreensões acerca do feminino deixaram de ser embasadas pela leitura masculina da realidade.

As discussões que buscam compreender as relações de gênero e poder configuram-se como imprescindíveis para o desvelamento dos processos histórico-culturais que fundamentaram o destino das mulheres à execução de papéis subjacentes, complementares, e na maioria das vezes considerados inferiores, alijado de sentido político e da participação destas na esfera pública.

Cabe ressaltar que o discurso de naturalização da inferioridade da mulher em relação ao homem só ganhou força no modo de produção capitalista com a divisão social e técnica do trabalho. Essa divisão empreendeu a separação de atividades a partir da diferença entre os sexos. Instituiu-se, pois, o que seria “coisa de homem” e o que seria “coisa de mulher”, numa clara divisão sexual do trabalho. O que teria, então, justificado o enclausuramento da mulher à esfera privada, ao lar? E o que teria proporcionado sua ascensão ao público? Que contradições são percebidas a partir desta ascensão e da relação entre público e privado que passa a se estabelecer nos papéis atribuídos a essas mulheres, especificamente aqueles vinculados à intervenção no social?

Esse artigo busca discutir acerca dos processos que proporcionaram a ascensão da mulher à esfera pública e interpretar os papéis e lugares por ela ocupados nesta esfera e compreender a atuação das mulheres no social, através da análise de um fenômeno singular na sociedade brasileira: a intervenção das primeiras-damas na assistência social, em especial no Ceará. Para tal, realizou-se estudo bibliográfico, cuja discussão se centro nas contribuições dos seguintes autores: Sposati (1995 e 2004) e Mestriner (2008), acerca das categorias assistência, assistência social e assistencialismo; Torres (2002) e DaMatta (1997) sobre as relações público x privado na cultura do primeiro-damismo; Foucault (1984), Scott (2002), Puleo (2002) e Rocha-Coutinho (1994) no que se refere às relações de gênero e poder; além

de Arendt (1995) e Castel (1998) para a compreensão do social.

Ressalta-se que este estudo se caracteriza como exploratório. Busca trazer múltiplos apontamentos acerca da ascensão da mulher à esfera pública e sua intervenção no social a fim de possibilitar uma leitura histórica acerca do primeiro-damismo.

2. “LUGAR DE MULHER É EM CASA”: O PAPEL DA MULHER NA ESFERA PRIVADA, A SIGNIFICAÇÃO DO MASCULINO E A RESISTÊNCIA FEMININA

A explicação que foi dada, historicamente, à função da mulher como reprodutora esteve fundamentada pelas teorias naturalistas. A mulher, biologicamente, é a fêmea, ou seja, responsável pela procriação e, como tal, deverá seguir o curso natural de multiplicação da espécie humana, através do ato de parir e de cuidar da prole. O homem, nessa explicação, seria o provedor da subsistência da mesma e de sua prole. (Puleo, 2002). Enquanto ela ficava com a função de reprodução, ele se responsabilizava pela produção. Daí o caráter subalterno da função da mulher. Enquanto o homem tinha a possibilidade de decidir e de transformar, ela era responsável por garantir os mecanismos de manutenção das relações estabelecidas.

Os estudos de Gênero e os movimentos de mulheres possibilitaram romper com essa lógica explicativa, levando à visão de que o que foi atribuído como masculino e como feminino e o que legitimou situar o homem no espaço público e a confinar a mulher no espaço privado, “não são resultados de forças naturais, mas antes, são parte de todo um complexo de fenômenos cultural e historicamente determinados” (ROCHA-COUTINHO, 1994: p. 16).

Assim, ser mulher e ser homem são categorias socialmente construídas e, portanto, são resultado de uma intrincada rede de significações sociais. Ou seja, os papéis atribuídos a homens e a mulheres foram se legitimando socialmente em função da economia e da política, e criando um conjunto de símbolos que possibilitaram justificá-los pela via ideológica e da cultura (Puleo, 2002).

Não podemos ler as relações de gênero apenas através da interpretação de que às mulheres restou apenas a resignação e a aceitação passiva das funções que lhe foram atribuídas. Isso possibilitaria uma leitura fatalista dessas relações, relegando para sempre a mulher ao papel de vítima, de desprotegida, de não-sujeito e de não-cidadã. Mesmo numa

condição de dominação por parte dos homens, as mulheres não deixaram de criar seus mecanismos de resistência, e com isso foram alicerçando a possibilidade de lutarem por direitos e de garantirem sua cidadania. Porém, como assinala Scott (2002), esse processo se constituiu paradoxal e de forma paulatina, ainda apontando muitos desafios na contemporaneidade.

Rocha-Coutinho (1994) assinala que as relações que as mulheres estabelecem, as escolhas por elas feitas, os objetivos que elas buscam alcançar através de certos mecanismos de submissão e resistência às regras de autoridade e de poder que orquestram o público e o privado, indicam que mesmo sendo patentes as situações de desigualdades nas quais estão inseridas, possuem muito mais poder do que se tem admitido.

Se compreendermos o poder como uma situação estratégica, como uma correlação de forças (Foucault, 1984), perceberemos que mesmo tendo sido garantido às mulheres tarefas não legitimadas como políticas, sem visibilidade pública, portanto subalternas, perceberemos que também exerceram e exercem poder. Como explica o mesmo autor: o poder está em toda parte e, assim, seu exercício pode se tornar inteligível até em seus efeitos mais “periféricos”. Mesmo enclausuradas numa esfera considerada como não-política, as mulheres exerceram poder e traçaram uma série de metas e objetivos que as possibilitaram lutar pela cidadania e pela ascensão à esfera pública. Desta feita, o poder foi exercido através de sua resistência.

Arrisca-se a afirmar que não foram apenas as lutas por direitos que oportunizaram a inserção das mulheres na esfera pública. Outra explicação desponta como fundamental para compreender por que a partir da Era Moderna foram traçadas as possibilidades dessa inserção e o que endossou a paradoxal participação feminina na esfera pública. Resta saber, porém, em que momento as mulheres foram chamadas a ocupar a esfera pública já que a função social a elas atribuída na modernidade foi cuidar da casa, ou seja, do privado.

3. A PARADOXAL ASCENSÃO DA MULHER À ESFERA PÚBLICA E A INTERVENÇÃO NO SOCIAL

Segundo Rocha-Coutinho, “[a]s antigas categorias estabelecidas de homem e de mulher, amplamente sedimentadas, podem ter criado uma divisão de trabalho em dois espaços

distintos – o público e o privado –, atribuindo áreas de atuação e poderes diferentes a homens e mulheres” (1994: p. 16). Para Arendt (1995), desde a Grécia Antiga já é possível falar em uma distinção entre público e privado, onde a esfera de vida privada correspondia à família e a esfera de vida pública correspondia à política. Já nessa época, só os homens livres e não estrangeiros eram cidadãos e, portanto, somente eles podiam participar da vida pública.

Ainda segundo a autora, é com o advento da Era Moderna que as necessidades de subsistência antes satisfeitas no âmbito privado, tornam-se públicas, emergindo com isso, uma nova esfera: o social. Isso acontece no período de transição do feudalismo para o capitalismo, onde a população do campo é impelida para os grandes centros urbanos, através da perda de suas terras com a Lei dos Cercamentos³, o que teria desequilibrado as formas anteriores de garantia de subsistência no seio da propriedade rural e pela própria família. Essa teria sido uma das condições que possibilitaram a instauração do capitalismo, pois o processo migratório teria gerado o contingente populacional necessário ao trabalho livre e assalariado das fábricas (MARX, 1985).

A Era Moderna também possibilitou uma “Revolução Sentimental”, revolução de cunho ideológico que visava legitimar os papéis de homens e de mulheres no novo modo de produção e de sociabilidade. O iluminismo, que trouxe os fundamentos do capitalismo, embasou as relações entre os indivíduos não só no plano econômico, político e público, com as ideias de igualdade e liberdade; como também as legitimou do ponto de vista da vida íntima através da ideia de felicidade individual, consolidando uma nova forma de se conceber a família e as relações entre seus membros. Cria-se, pois, o modelo de família nuclear – pai, mãe e filhos (em número não tão grande) –, e de amor romântico, onde a mulher passa a viver para esse amor, numa devoção ao marido e aos filhos (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Foi essa “Revolução Sentimental” quem legitimou o enclausuramento da mulher a casa. Vale ressaltar, porém, que esse modelo de família, era o modelo burguês. Foram as mulheres burguesas quem cumpriram o papel de “rainha do lar”. As mulheres pobres tiveram que trabalhar nas fábricas para garantir sua sobrevivência e contribuir para a renda familiar, assim como as crianças. Porém, pelo fato de esse ser um espaço que não lhes pertencia, suas jornadas de trabalho eram mais longas e seus salários mais baixos. Mesmo estando na esfera

³ A Lei dos Cercamentos tinha por objetivo transformar as terras comunais em pastos, possibilitando a quebra do regime feudal.

pública, essas mulheres não tinham o direito de participar da política, sendo subordinadas às decisões dos homens.

Feita essa ressalva, retomemos à discussão anterior: com o advento do capitalismo, a produção que antes ficava a cargo da família através das corporações de ofício migrou para as fábricas, sendo função exclusiva dos homens. Às mulheres restaram as atividades domésticas de reprodução tanto da vida quanto da força de trabalho necessária ao modo de produção capitalista. Tais atividades eram consideradas como não trabalho, porque foram naturalizadas como sendo papéis inatos à mulher.

Não apenas a produção ficou a cargo da esfera pública. Ao longo do processo de consolidação do sistema capitalista, os empregados das fábricas – homens, mulheres e crianças pobres –, os que não conseguiram trabalho e os desvalidos que não contavam mais com a assistência de seus vizinhos, como acontecia no sistema feudal, não tiveram como garantir a satisfação de suas necessidades básicas no âmbito privado. Isso impulsionou a criação de instituições sociais que as atendessem. O conjunto de problemáticas advindas das necessidades não satisfeitas pela contradição entre produção e distribuição da riqueza, no capitalismo, denomina-se questão social. Foi com seu advento, segundo Castel (1998) que se instauraram as primeiras formas de intervenção no social.

Para o mesmo autor, “o 'social' [...] é uma configuração específica de práticas que não se encontram em todas as coletividades humanas” (CASTEL, 1998: p. 48). A configuração moderna do social, segundo ele, corresponde ao social-assistencial que se caracteriza pelos seguintes aspectos: é um conjunto de práticas com função protetora e integradora, que apresenta certo nível de especialização, profissionalização e tecnicização, e adotada certos critérios de atendimento como os referentes à localização do indivíduo e às necessidades que podem ser atendidas.

Cabe ressaltar que Arendt (1995) e Castel (1998) entendem o social de maneira distinta. Enquanto para a primeira, o social é uma esfera que se torna pública, a partir da modernidade, e se destina a suprir a subsistência e as necessidades dos indivíduos, para o segundo, o social se caracteriza como uma área específica de intervenção, o social-assistencial. A primeira concepção engloba as diversas necessidades da vida humana, e a segunda, as necessidades decorrentes da situação de vulnerabilidade social pelo fato de não

estar integrado à sociedade pela via do trabalho. Ressalta-se, porém, que as mesmas não se excluem, complementam-se, possibilitando fazer uma leitura mais aprofundada do social.

Com o surgimento do social, o campo social-assistencial necessitou de pessoas que pudessem operacionalizar suas ações. No Brasil, o acirramento da questão social a partir da década de 1930 rendeu um pacto entre Igreja Católica, Estado e burguesia. As ações de caráter assistencial se constituíram como as primeiras formas de atuar frente à essa problemática. Ainda em tempos atuais essas ações convivem, em suas múltiplas configurações, com a profissão de Serviço Social e com a Política de Assistência Social, mecanismos contemporâneos de enfrentamento da questão social originárias daquelas.

Mas essa convivência, nem sempre harmônica, não é prerrogativa apenas da atualidade, supõe-se que nunca deixou de existir, tendo essas ações ganhado diferentes nomenclaturas. No Brasil, foram se configurando ao longo da formação da sociedade brasileira, quer como mecanismos de legitimação do processo paradoxal de constituição da mesma, quer como criação deste.

Destaque-se que a assistência remonta às práticas empreendidas pela Igreja Católica desde o Brasil colônia, caracterizando-se enquanto ação filantrópica de organismos privados. Somente na Era Vargas, com o processo de industrialização e urbanização, a forte reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho e o acirramento da questão social – considerada “caso de polícia” – foi que o Estado passou a reconhecer a necessidade de sua intervenção no âmbito social enquanto regulador e arrefecedor das tensões.

A necessidade de racionalizar – firmar em bases técnicas – as práticas assistenciais já existentes, devido à crescente demanda por serviços sociais, introduziu na área social um pacto entre o Estado brasileiro, a Igreja Católica e a “burguesia” em ascensão. Cabia ao Estado o repasse dos recursos para as instituições filantrópicas que já desenvolviam atividades assistenciais, a grande maioria de caráter religioso; à Igreja Católica o recrutamento e formação dos profissionais; e à burguesia a cessão da mão-de-obra.

Neste pacto, as damas da sociedade (esposas e filhas dos emergentes “burgueses”) foram os principais atores responsáveis pela operacionalização da assistência em seus

primórdios no Brasil, sob a tutela do Estado e das diretrizes da Igreja Católica. Assim, foram arregimentadas, por exemplo, para as obras de caridade, cujo objetivo era moralizar e controlar o pobre, garantindo a reprodução das relações econômicas e sociais, sem deixar de atender a vontade de Deus, estendendo a mão ao próximo.

Em outros termos, a partir da década de 1930, setores mais abastados da sociedade, em especial as mulheres burguesas, vinham sendo convidados a contribuir para a diminuição dos problemas sociais, principalmente a pobreza, a partir dos ideários católicos de caridade e amor ao próximo. É a partir dessa década que o Estado brasileiro começará a reconhecer a necessidade de empreender ações interventivas na área social, embora não tenha tomado essa função como eminentemente sua, é que serão gestadas as bases para o que passaria a ser a profissão de Serviço Social. Assim, as damas de caridade foram peças-chave nesse processo.

As damas de caridade eram senhoras católicas esposas e filhas de burgueses ou políticos que destinavam uma parcela do seu tempo para dedicar-se a obras de caridade destinadas aos pobres e desvalidos. Estas mulheres foram mobilizadas para a manutenção do sistema político-econômico da época sob um forte apelo de gênero e moral-religioso. Assim, foram educadas não apenas para o exercício das tarefas domésticas, como também para dedicarem-se a causas sociais.

Pode-se inferir, que o processo de conquista da mulher de ascender à esfera pública se deu em dois casos: as mulheres pobres a alcançaram pela via do trabalho⁴, não garantindo, porém, sua participação nas decisões políticas; as mulheres ricas, por sua vez, deixaram a esfera privada para atuar no social, através das obras de caridade, mas também não lhes foi dado o direito de participar ativamente da política, ao não ser na “sombra” de seus maridos, por trás deles, numa espécie de secretárias, ou articuladoras que não apareciam como mentoras das decisões e ideias. Ambas saíram da esfera do lar, mas não conseguiram romper com sua condição subordinada, mesmo traçando estratégias de mobilização através dos movimentos feministas e exercendo certa resistência às decisões masculinas nas atividades que desenvolviam. A rua era extensão da casa. As atividades domésticas apenas teriam

⁴ Muitas mulheres ocuparam os postos de trabalho dos homens em decorrência da duas grandes guerras mundiais que assolaram o século XX. A escassez da mão de obra masculina, possibilitou o emprego das mulheres nas indústrias a fim de possibilitar a manutenção do sistema econômico e a produção de insumos para sustentar os países assolados pelas guerras.

tomado uma dimensão de interesse público: lavar, passar, cozinhar, costurar, cuidar dos enfermos, dos desvalidos, desprender amor ao outro, etc..

Para Scott (2002), aos homens foram destinadas as ações públicas de caráter intelectual e político, às mulheres, o privado, o afetivo e o social. Como a questão social não era compreendida em seu caráter político, as mulheres foram identificadas simbolicamente com o social, entendido como área de satisfação das necessidades e das vulnerabilidades, de promoção do bem-estar, porque elas eram vulneráveis, dependentes e carentes de proteção, assim como o social. Aqui está a chave para se compreender porque as mulheres eram os atores mais recomendados para operacionalizarem ações voltadas para o social.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E A INSTAURAÇÃO DA CULTURA DO PRIMEIRO-DAMISMO

Instaura-se na Primeira Era Vargas, a assistência social caracterizada pela filantropia subsidiada, que em sua essência, como afirma Mestriner (2001) será incapaz de dar resposta à questão social, não alterando a situação de dominação social. Isso porque a questão social passou a ser entendida não mais como “caso de polícia”, mas como uma questão política, ou seja, de manutenção da ordem social não mais pela força, mas pela via ideológica.

Aos poucos o papel do Estado vai ganhando dimensões mais notáveis, apesar de manter sua postura subsidiária e paternalista. Além de ampliar os incentivos a ações de caráter privado com a isenção do imposto de renda, começa a criar suas próprias instituições, uma delas é a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, cuja direção foi atribuída à então primeira dama, Dona Darci Vargas, fundando a cultura do “primeiro-damismo” na coordenação das ações assistenciais, no Brasil.

Para Torres (2002), o nascedouro do primeiro-damismo no Brasil foi motivado por uma dimensão política, visto que o Estado via-se obrigado a promover estratégias de enfrentamento da questão social no período da Segunda Guerra Mundial. Para tanto, lançou mão dos valores e atributos femininos para sensibilizar parcelas da sociedade a contribuírem para minimizar os problemas da ordem social de forma assistencialista, dando origem ao espírito filantrópico que tão logo seria a marca da ação das primeiras-damas.

Segundo Sposati (2004), a cerimônia de inauguração da LBA entrou para a história devido ao fato de Darcy Vargas ter reunido senhoras da sociedade para agradecer, com cigarros e chocolates, os pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira (FEB) combatentes da II Guerra Mundial. O objetivo primeiro da LBA era atender mulheres e crianças necessitadas, públicos que demandavam maior atenção no pós-guerra. Relatos da mesma autora indicam que, em outubro do mesmo ano, a LBA ganhou *status* de organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de agregar as organizações da boa vontade passando a abranger aquelas famílias que não compunham a previdência social. Caracterizando-se como um ato de vontade e não de direito e imprimindo caráter emergencial à assistência social.

De acordo com Torres (2002), apesar da participação da mulher de governantes brasileiros na política remontar à figura de Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, o primeiro trabalho exercido no âmbito da assistência de que se tem notícia na historiografia brasileira é o empreendido por Dona Darcy Vargas através da LBA. Nas palavras da autora: “Ao que parece, foi a partir do governo de Getúlio Vargas, especificamente a partir da década de 1940, que a figura da primeira-dama ressurgiu no Brasil” (IDEM: p. 82).

Com isso, destaca-se o papel direto do Estado, agora não mais apenas subsidiário, mas também executor. Não instaura, porém, nenhuma mudança substancial no que se refere à assistência social enquanto direito, pelo contrário, numa postura puramente reprodutora das formas já existentes, contribuiu para a instauração do assistencialismo, através da figura da primeira dama e de ações paternalistas e benemerentes. Enaltece-se a figura do governante e reproduzem-se as posturas autoritárias e centralizadas. A assistência social está, pois, nesse período, atrelada à boa vontade do governante, assumindo, assim, o *status* de benesse.

A assistência social historicamente foi compreendida do ponto de vista do assistencialismo, que como afirma Sposati (1995: p. 26), “é contraponto do direito, é patrimonial, é prática elitista de fazer política”, e acrescenta:

É o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor.[...]. O assistencialismo tem sempre um sujeito – público ou privado – e um sujeitado. O sujeito age como se fosse ele o proprietário de um bem que distribui, dada “sua bondade” a alguém, e quer ganhar o reconhecimento e a dívida de favor por essa prática (IDEM).

Assim, a assistência social foi, por muito tempo, e ainda continua sendo, moeda de troca, confundida com as ações filantrópicas, caritativas, benemerentes, transmutando seu real sentido na face do assistencialismo. Segundo Mestriner,

A identificação da assistência social – prática social de ajuda científica ou empírica – com a filantropia e a benemerência é comum em nossa sociedade. Entendidas como expressões do altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro, envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas da regulação do favor - “o toma lá da cá” - quer pelo primeiro-damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos (2008: p. 13).

Com o primeiro-damismo, a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das esposas dos políticos. Essa cultura, instaurada a partir da Era Vargas irá configurar-se como um importante instrumento de legitimação do poder político dos governantes a partir da bondade e benemerência das primeiras-damas. Assim, no imaginário coletivo dos que recebem as ações da LBA, primeiras damas/filantropia e bem-estar dos governantes se confundem:

[...] a assistência social é associada à bondade dos governantes pelas mãos “generosas” das primeiras-damas. [...] Na verdade, a relação de dominação, sob o eu do paternalismo que as primeiras-damas mantêm com os usuários dos serviços sociais, constitui uma face cruel da opressão que conduz à passividade, tratando esses usuários como seres dependentes desse tipo de serviço (TORRES, 2002: p. 93).

Vale ressaltar que o fenômeno do primeiro-damismo seria uma expressão de um certo modo de ser brasileiro, alicerçado na ideia de cidadania relacional, onde existe sempre um mediador entre a lei universal e o interesse particular. Para DaMatta (1997), a cidadania no Brasil se dá inversamente, para exercê-la o indivíduo prescinde dos dispositivos legais e universais, basta que ele tenha alguém que faça a mediação entre ele e o que se quer alcançar. É aí que se estabelecem as relações de favor e se gesta o paternalismo e o “englobamento” do privado pelo público. A primeira-dama, seria, pois, a mediadora entre os interesses do governante e os do povo, este último lutando por direito, e o primeiro interessado em manter seu domínio.

A prática do primeiro-damismo na direção das ações assistenciais perduraram no âmbito nacional até o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), em que pese o período ditatorial no qual a figura da primeira-dama é pouco divulgada devido ao modelo autoritário vivenciado no momento, no qual o papel da mulher resume-se ao âmbito privado da família.

Mesmo no período ditatorial as primeiras-damas assumiram a presidência de honra da LBA e desenvolveram atividades assistenciais, principalmente aquelas cujos maridos estavam como gestores estaduais. Percebe-se dessa forma a cultura do primeiro-damismo não apenas na esfera da União, mas seu alastramento tanto para os estados, quanto para os municípios, em especial àqueles onde existiam coordenações da LBA. Dessa forma, tiveram participação na coordenação da LBA, em nível da União, as primeiras-damas: Sarah Kubstichesk, Dona Yolanda Costa e Silva e Rosane Collor.

Após Dona Darcy Vargas, a primeira-dama que mais teve destaque na presidência da LBA foi Rosane Collor. Nesse período, década de 1990, a LBA tinha se fortalecido e ampliado suas ações, passando a configurar-se como o principal órgão de assistência social do governo federal. A conjuntura político-econômica do momento - recessão econômica, crescimento da pobreza, arrocho salarial, crescente taxa de desemprego - favorecia a legitimidade da LBA junto à população mais pobre. Assim, como afirma Torres (2002: p. 98; 101),

Rosane Collor era uma espécie de personagem produzida pelo poder para difundir a imagem do governo junto aos menos favorecidos. [...] A sua imagem seria construída a partir de alguns elementos que remontavam à “face humanitária” da assistência social e aos atributos “femininos” de vocação e abnegação ao trabalho social em favor das classes subalternas.

No governo Collor, percebe-se o total descaso com a população pobre e em relação às suas reivindicações, em razão de iniciar-se no Brasil o processo denominado por alguns teóricos de “privatização da coisa pública”. Collor inicia o processo de instauração do Estado orientado pela ideologia neoliberal, cuja característica essencial é a diminuição do papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Desta feita, a LBA atua, pois, como um paliativo e uma espécie de álibi para o governo que se recusa a garantir direitos, sendo inclusive arbitrário em algumas decisões, o que contribui para o *impeachment* do Presidente Fernando Collor. No âmbito do social, Collor veta a proposta da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional, que posteriormente será sancionada pelo Presidente Itamar Franco em 1993.

No Ceará, a história do primeiro-damismo não foi diferente, embora não se tenha um material sistematizado acerca do tema, a historiografia e alguns trabalhos que tratam da trajetória da assistência social no Ceará apontam para práticas assistenciais, aqui caracterizadas como ações de caráter voluntário com conotação caritativa e de ajuda ao

próximo, já empreendidas pelas esposas dos coronéis, tendo como público alvo tanto os migrantes, quanto as famílias dos seus “trabalhadores” e agregados. Tais ações garantiam o poder do coronel sobre os mesmos.

Questiona-se, porém, se à primeira-dama competiria realizar tarefas de interesse público em nome do Estado, ou se a ela seria reservado o direito de ocupar cargos públicos, numa espécie de extensão do poder atribuído ao marido, como chefe maior do Executivo. O que ajudaria a desvendar por que no Brasil as primeiras-damas ocuparam espaços estratégicos na gestão de seus maridos.

De acordo com o site da *National Library First Ladies* (Biblioteca Nacional das Primeiras-Damas) dos Estados Unidos, a denominação *First Lady* ou primeira-dama teria surgido nos Estados Unidos quando o Presidente Zachary Taylor (1849-1850) teria utilizado-o para referir-se à esposa de seu antecessor James Madison, na cerimônia fúnebre dela. Esse termo, porém, não é um título oficial, nem gesta prerrogativas ou direitos, é mais utilizado pela imprensa em todo o mundo para designar a mulher de um governante.

Feita essa ressalva, há que se destacar que nos Estados Unidos, apesar de primeira-dama não ser um cargo eletivo, não exercer funções oficiais e não receber salário, ela é responsável por organizar as cerimônias oficiais tanto junto com o presidente, quanto em seu lugar. É ela quem cuida dos eventos sociais e do cerimonial da Casa Branca, contando para isso com um quadro de funcionários próprio e com orçamento para tal.

Ao longo do tempo, essas atribuições das primeiras-damas foram se estendendo e muitas delas passaram a apoiar instituições sociais e a criar seus próprios planos de trabalho. A exemplo dos Estados Unidos, a América Latina e alguns países da Europa passaram também a utilizar o termo para designar a esposa do chefe do executivo em suas diferentes instâncias de poder. De acordo com Amaral (2007), a partir do século XX, a figura da primeira-dama desponta como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar espaços a que ele não chega, a produzir discursos e representar papéis que são “mais bem entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher.

Como já foi ressaltado, no Brasil, a figura da primeira-dama como suporte ideológico e humanitário ao governo do marido surge com Dona Darcy Vargas. A primeira-

dama foi nomeada presidente da LBA e responsável pelas ações destinadas aos pobres em todo o País, através das diretrizes que repassava às seções da LBA nos estados e municípios. Com isso, instaurava-se um modelo de administração da assistência que tinha gestoras as primeiras-damas que passaram a ocupar cargos na LBA em todos os níveis da federação, apesar de isso não ser uma regra.

No Ceará, a LBA foi instalada no mesmo ano da criação da mesma em âmbito nacional, sob o título de Comissão Estadual da LBA – Seção Ceará, após contato realizado por Dona Darcy Vargas com a então primeira-dama do Estado, que passaria a ser a primeira presidente da LBA no Ceará, Dona Brígida Holanda Pimentel, esposa do interventor Menezes Pimentel, e articulações com possíveis parceiros financeiros e “voluntários que ofereciam seus serviços guiados pelo espírito de solidariedade e caridade cristã” (SALES, S/D: p. 3).

Ainda no caso cearense, destaca-se uma dama da sociedade que desempenhou um papel caritativo por longo tempo na história da assistência social do Ceará, e que depois passaria a ser a primeira-dama do Estado em dois mandatos distintos: Dona Luíza Távora, esposa do Coronel Virgílio Távora, que costumava dizer: “nosso trabalho de ação social é um ato constante de amor ao próximo” (BARRETO, 2000: p. 12). Luíza também foi presidente da LBA durante o primeiro mandato de Virgílio (1963-1966), concluindo o ciclo de sucessão de primeiras-damas na presidência da LBA- Ceará⁵.

Vale ressaltar que a atuação das primeiras-damas não se restringia à LBA. Luíza Távora, no segundo mandato de seu marido, iria coordenar as ações da pasta da assistência social do Estado. Outro exemplo foi a primeira-dama Dona Ruth Cardoso, mulher do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que teria criado e gerenciado o Programa Comunidade Solidária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida possibilitou, dentro dos limites de seu recorte metodológico, pontuar os elementos que suscitaram a intervenção das mulheres, notadamente as primeiras-damas, no social.

⁵ Foram presidentes da LBA – Ceará as seguintes primeiras-damas: Brígida Holanda Pimentel (1942-1944), Branca de Carvalho (1945- 1946), Ilnah Araripe Barbosa (1951-1955), Albaniza Rocha Sarasate (1955- 1959), Olga Barroso (1959- 1963) e Luíza de Moraes Correia Távora (1963-1966).

No Brasil, a prática da assistência social esteve caracterizada, historicamente, por diversas relações entre os sujeitos da ação e os receptores desta. Com suas raízes fincadas nos símbolos e práticas que se conformaram no processo de formação da sociedade brasileira, o primeiro-damismo contribuiu para reforçar o paternalismo, o patrimonialismo, o clientelismo e o assistencialismo.

O estudo apresentou as seguintes questões referentes ao objeto de pesquisa: que as mulheres ascenderam à esfera pública, mas não garantiram romper com a subalternidade de suas funções, sendo destinadas a cuidar do social, num processo que despolitizou a questão social e a relegou a um espaço secundário de atenção do poder público, muitas vezes sendo confundida com outras necessidades e demandas.

Que a assistência social historicamente no Brasil tem se caracterizado por ações benemerentes, caritativas e assistencialistas, quer no âmbito estatal, quer no âmbito privado, mobilizando diferentes atores para sua execução, agenciando voluntários, e “pessoas de bom coração”, dentre elas as damas da caridade, numa espécie de religião brasileira, cuja maior missão é a ajuda ao próximo. Isso teria ocasionado o deslocamento da questão social do âmbito político para o campo transcendental e possibilitado a conformação diante das situações de desigualdade social, a desresponsabilização por parte do Estado e a legitimação de ações e obras esporádicas de atendimento às necessidades da população, transmutadas como um ato de bondade quase que divino por parte do governo.

Que a imagem da primeira-dama tem sido utilizada como importante moeda de troca entre o chefe do Estado e o povo, e vice-versa, num claro entrelaçamento entre público e privado. O primeiro para garantir legitimidade política, o segundo, como estratégia de sobrevivência diante das situações extremas nas quais se encontram.

Que o primeiro-damismo embora podendo ser utilizado como instrumento de manipulação da população e da mulher por parte do governante, pode despontar como forma de resistência ao poder masculino, criando mecanismos de controle e de influência em suas decisões e garantindo a interferência indireta das mulheres nos rumos das ações no plano político.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Isabel. **Primeira-dama, o que é?** Madrid, 28 de Fevereiro de 2007. (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo- em Madrid, Espanha, no dia 28 de Fevereiro de 2008). Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira-dama2.shtml> Acesso em 15 de outubro de 2010.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BARRETO, Maria F. Daltro. **Luíza Távora, uma legenda**. Fortaleza – ABC Fortaleza, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FIRST LADIES. Portal das Primeiras damas - Estados Unidos. <http://www.firstladies.org/>. Acessado em 29 de dezembro de 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PULEO, Alicia H. **Filosofía, Género y Pensamiento Crítico**. España: Universidad de Valladolid, 2002. Série Filosofía. (Colección “Acceso al Saber”).

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. Coleção Gênero Plural. SALES, Clara Maria Silva (Org.). **Retrato da LBA/ Ceará**. Período 1942 a 1994. S/D. Mimeo.

SCOTT, Joan. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência X Assistencialismo X Assistência Social**. I Conferência Nacional de Assistência Social no Brasil, 1995.

_____. A menina LOAS: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.